

AMBIENTE

# País paga por dinheiro encalhado

Bird cobra juros do Brasil de empréstimo para projetos ambientais que não são executados

CHICO OTÁVIO

RIO — O Brasil pagou no ano passado US\$ 800 mil (Cr\$ 3,5 bilhões) em encargos financeiros pelo dinheiro que pediu emprestado ao Banco Mundial (Bird) e não utilizou em projetos ambientais. Somado aos juros cobrados sobre uma pequena parcela deste empréstimo que chegou a ser investida no País, o prejuízo ultrapassa a casa dos US\$ 1 milhão (Cr\$ 4,4 bilhões).

O dinheiro gasto anualmente pelo Brasil em multas pela não utilização do dinheiro destinado ao meio ambiente começa a provocar reações de protesto entre as autoridades do setor. "Conseguimos captar, mas nunca aplicamos os recursos", lamenta o presidente do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, Axel Graef. "A burocracia oficial não está preparada para receber o dinheiro que vem do Exterior para os projetos ambientais", declara o presidente da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (Abema) e sub-secretário de Meio Ambiente do Espírito Santo, Almir Bressan.

**Plano ambicioso** — Em dezembro de 1990, o Bird assinou com o Brasil um empréstimo de US\$ 117 milhões (Cr\$ 515,6 bilhões) para o Programa Nacional do Meio Ambiente, um ambicioso plano ecológico concebido pelo governo José Sarney para desenvolver as instituições ambientais brasileiras, criar novas unidades de conservação e proteger três ecossistemas — Mata Atlântica, Pantanal e Gerenciamento Costeiro.

O dinheiro deveria ser investido num prazo de 3,5 anos, mas até agora, passados 18 meses da assinatura do contrato, o Brasil só conseguiu utilizar US\$ 7 milhões (30 bilhões), ou seja, menos de 2% do valor total do empréstimo.

A coordenadora de Relações Internacionais da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, Maria de Lourdes Freitas, garante que as regras estabelecidas pelo Banco Mundial para a



concessão do empréstimo são as mesmas vigentes em qualquer outro crédito concedido pelo banco. As dificuldades começam com a cláusula que obriga o governo brasileiro a fazer as despesas com recursos próprios, para posterior reembolso do Bird.

Em janeiro de 1991, mês seguinte à concessão do empréstimo, a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, decidiu reter 95% de todo o orçamento da União, impedindo que os órgãos ambientais pudessem fazer despesas.

**Taxas de retenção** — Quando os

gastos do governo foram vetados, o Bird havia depositado na conta do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Nova York US\$ 10 milhões (Cr\$ 44 bilhões) do total emprestado ao Brasil, para as despesas iniciais do programa. Os US\$ 107 milhões (cerca de Cr\$ 471 bilhões) restantes ficaram retidos no banco, mas sujeitos a 0,25% a de taxa de permanência. Segundo Maria de Lourdes Freitas, o Brasil realizou, somente no ano passado, dois pagamentos de taxas de permanência (abril e outubro), perfazendo um total de US\$ 800 mil.

O Ibama precisou esperar até outubro do ano passado, quando o atual ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, liberou 70% do orçamento da União, para utilizar os US\$ 10 milhões depositados em sua conta. Restavam, contudo, três meses para encerrar o ano e o órgão conseguiu gastar apenas US\$ 5,5 milhões (Cr\$ 24,2 bilhões). Sobre este dinheiro, o contrato assinado com o Bird obrigou o governo federal a pagar de 7,5% a 8% de juros anuais, o que elevou os gastos do País com este empréstimo para a casa dos US\$ 1 milhão em 1991.

"O banco é cioso com o seu dinheiro", explica Maria de Lourdes Freitas. Segundo ela, ainda é mais negócio para o Brasil recorrer a dinheiro do Bird do que se submeter aos juros de mercado cobrados pelos bancos comerciais. "No mínimo, eles nos cobrariam 14% de juros anuais."

"Há quem suspeite que o Bird faz várias exigências de propósito para lucrar com o dinheiro emprestado aos países pobres", diz o ex-diretor de Recursos Naturais e Renováveis do Ibama, engenheiro Werner Zulaus. Maria de Lourdes não concorda com a suspeita: "A estrutura do banco é montada para funcionar com estruturas eficientes", alega. "A máquina do Bird pressupõe organismos que eficientemente estabelecidos, o que não é característica nos países do Terceiro Mundo."

## Estados criticam burocracia excessiva

Rio — As autoridades estaduais na área de meio ambiente não se conformam com as altas taxas de juros e encargos financeiros pagos anualmente pelo Brasil com o dinheiro que não utiliza. A maioria delas sobrevive um ano inteiro com muito menos do que o US\$ 1 milhão pago pelo governo federal ao Banco Mundial (Bird) somente no ano passado. A taxa de investimento no setor ambiental nos Estados está estacionada há vários anos em 0,2%.

O presidente da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (Abema) e subsecretário de Meio Ambiente do Espírito Santo, Almir Bressan, acha que as dificuldades estão ligadas à falta de experiência dos órgãos federais com grandes orçamentos. "Eles sempre trabalharam com valores pequenos", diz.

"Tudo é feito para não funcionar", afirma o ex-diretor de Recursos Naturais do Ibama, Werner Zulaus, ao culpar a burocracia federal e o Bird pela baixa eficiência dos órgãos ambientais na gestão dos recursos externos.

O engenheiro Zulaus considera "um verdadeiro absurdo" a elevada taxa de permanência paga ao Banco Mundial. "Não é possível um País tão ruim das pernas ter crédito e não utilizá-lo." (C.O.)

## Brasil em chamas

